



CÓD: OP-0630T-23
7908403543748

NOVA SERRANA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA – MINAS GERAIS

Educador de Desenvolvimento da Educação Básica I- Monitor I

EDITAL Nº 01/2023

Português

1. Compreensão e interpretação de textos	5
2. Gêneros e tipos de texto.	5
3. Significação das palavras.....	6
4. Figuras de Sintaxe	6
5. Figuras de Linguagem	7
6. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coerência textual.....	11
7. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras	12
8. formação de palavras.....	18
9. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais	19
10. Concordância verbal e nominal	19
11. Regência verbal e nominal.....	21
12. Crase	22
13. Colocação pronominal	22
14. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos	23
15. Acentuação gráfica.....	28
16. Ortografia.....	28
17. Pontuação	29
18. Variação linguística	33

Noções de Informática

1. Noções de Sistemas de Backup: Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups.	45
2. Noções de Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows. Windows 10: operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho; trabalho com pastas e arquivos: localização de arquivos e pastas; movimentação e cópia de arquivos e pastas; tipos de arquivos e extensões; criação, renomeação e exclusão de arquivos e pastas; configurações básicas do Windows: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano, protetor de tela; Windows Explorer.	45
3. Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados. Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações.....	48
4. Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge). Noções de rede de computadores: conceitos e serviços relacionados à Internet, tecnologias e protocolos da internet, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à internet/intranet. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa desse conteúdo.	53
5. Noções de Hardware e Software: Fundamentos de computação: Conceitos de hardware e software. Organização e arquitetura de computadores. Componentes de um computador (hardware e software.....	61
6. Conceitos de segurança da informação, noções básicas de segurança da informação. Políticas de Segurança da Informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade. Ataques e proteções relativos a hardware, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados e redes.	62
7. Rede Sociais: conceitos e características, vantagens e desvantagens.....	63

Legislação

1. Constituição Federal	69
2. Conhecimento da legislação federal, estadual e municipal de ensino, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.....	75
3. Legislação de Inclusão de Pessoa com Deficiência	111
4. Estatuto do Servidor do Município	128
5. Lei Orgânica do Município	150
6. Legislações Municipais inerentes à Educação: Lei Municipal nº 2.329/2015	178
7. Lei Municipal nº 47/2023.....	195

Conhecimentos Específicos

Educador de Desenvolvimento da Educação Básica I - Monitor I

1. Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil.....	219
2. Educação Especial	219
3. Práticas disciplinares	223
4. Noções sobre primeiros socorros	223
5. Educação inclusiva	240
6. Jogos e brincadeiras infantis	249
7. Higiene pessoal, saúde e educação	260
8. Interação escola-família	261
9. Práticas de alimentação saudável	265
10. Medicação da criança em ambiente escolar	274

PORTUGUÊS

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS.

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

GÊNEROS E TIPOS DE TEXTO.

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

TIPOS TEXTUAIS

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinado espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta

- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.

Este é um estudo da **semântica**, que pretende classificar os sentidos das palavras, as suas relações de sentido entre si. Conheça as principais relações e suas características:

Sinonímia e antonímia

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade. **Ex:** *inteligente* <—> *esperto*

Já as palavras **antônimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade. **Ex:** *forte* <—> *fraco*

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

As palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

As palavras **homófonas** são aquelas que possuem a mesma pronúncia, mas com escrita e significado diferentes. **Ex:** *cem* (numeral) X *sem* (falta); *conserto* (arrumar) X *concerto* (musical).

As palavras **homógrafas** são aquelas que possuem escrita igual, porém som e significado diferentes. **Ex:** *colher* (talher) X *colher* (verbo); *acerto* (substantivo) X *acerto* (verbo).

Polissemia e monosssemia

As palavras **polissêmicas** são aquelas que podem apresentar mais de um significado, a depender do contexto em que ocorre a frase. **Ex:** *cabeça* (parte do corpo humano; líder de um grupo).

Já as palavras **monossêmicas** são aquelas apresentam apenas um significado. **Ex:** *eneágono* (polígono de nove ângulos).

Denotação e conotação

Palavras com **sentido denotativo** são aquelas que apresentam um sentido objetivo e literal. **Ex:** *Está fazendo frio.* / *Pé da mulher.*

Palavras com **sentido conotativo** são aquelas que apresentam um sentido simbólico, figurado. **Ex:** *Você me olha com frieza.* / *Pé*

da cadeira.

Hiperonímia e hiponímia

Esta classificação diz respeito às relações hierárquicas de significado entre as palavras.

Desse modo, um **hiperônimo** é a palavra superior, isto é, que tem um sentido mais abrangente. **Ex:** *Fruta é hiperônimo de limão.*

Já o **hipônimo** é a palavra que tem o sentido mais restrito, portanto, inferior, de modo que o hiperônimo engloba o hipônimo. **Ex:** *Limão é hipônimo de fruta.*

Formas variantes

São as palavras que permitem mais de uma grafia correta, sem que ocorra mudança no significado. **Ex:** *loiro – louro / enfarte – infarto / gatinhar – engatinhar.*

Arcaísmo

São palavras antigas, que perderam o uso frequente ao longo do tempo, sendo substituídas por outras mais modernas, mas que ainda podem ser utilizadas. No entanto, ainda podem ser bastante encontradas em livros antigos, principalmente. **Ex:** *botica* <—> *farmácia* / *franquia* <—> *sinceridade.*

FIGURAS DE SINTAXE.

As figuras de sintaxe também são chamadas de figuras de construção. Têm a função de enfatizar a aspecto sintático da linguagem, o que provoca mudanças na estrutura natural da oração, como, por exemplo, repetição, inversão, omissão de termos ou repetição.

As figuras de sintaxe são:

Pleonasma

Pleonasma, ou redundância. É caracterizado pelo uso excessivo de palavras ao se passar uma mensagem, ocorrendo, por consequência, a repetição de ideias.

Exemplos de pleonasma:

– *Morrer de morte morrida.*

– *Arregaçou as mangas e encarou de frente a situação.* (“Encarar de frente” é uma redundância).

Anáfora

O uso da anáfora é muito comum na poesia. É caracterizada pela repetição de uma ou mais palavras no início de orações, períodos ou versos.

Exemplo de anáfora:

– *“Era uma estrela tão alta!/ Era uma estrela tão fria!/ Era uma estrela sozinha/ Luzindo no fim do dia”. - Manuel Bandeira.* (Era uma estrela tão alta, fria, sozinha luzindo no fim do dia).

Anacoluto

O anacoluto é comumente utilizado na linguagem falada. Seu uso provoca uma interrupção na frase, que antecipa e enfatiza um termo que se desliga do resto da oração.

Exemplo de anacoluto:

– *Boletos, como dinheiro para os pagar?*

Elipse

A elipse é muito utilizada na linguagem falada. Tem como característica a omissão de um termo da oração, que acaba ficando subentendido, mas sem prejudicar a compreensão do conteúdo da oração.

Exemplo de elipse do sujeito:

– São bagunceiros, mas acredito que meus alunos serão aprovados.

Zeugma

O que caracteriza o zeugma é a omissão de termos da oração já mencionados anteriormente, sem prejudicar o entendimento da mensagem.

Exemplo de zeugma:

– Meu filho cursou matemática; minha filha, filosofia.

Assíndeto

As características do assíndeto são a ausência de conectores e conjunções que ligam orações e palavras, sendo a omissão da conjunção coordenativa e a mais notória.

Exemplo de assíndeto:

– Eu queria conhecer o mundo, viajar por todos os países, Áustria, França, Japão, Angola, Nova Zelândia, expandir os meus horizontes.

Polissíndeto

O que caracteriza o polissíndeto é a repetição de conectores e conjunções que ligam palavras e orações. A repetição da conjunção coordenativa e é a mais notória.

Exemplo de polissíndeto:

– Eu queria conhecer o mundo e viajar por todos os países: Áustria e França e Japão e Angola e Nova Zelândia e expandir os meus horizontes.

Anástrofe

A anástrofe também é conhecida como inversão. Seu uso provoca uma leve inversão da ordem normal das palavras numa frase, ocorrendo maioritariamente a antecipação de um termo.

Exemplo de anástrofe:

– Para todos meus netos comprei guloseimas.

Hipérbato

Provoca uma inversão brusca da ordem normal das palavras em uma frase, ocorrendo intercalação de elementos de outro sintagma.

Exemplo de hipérbato:

– Estudavam português meus sobrinhos na sala.

Sínquise

Seu uso causa uma inversão total e violenta da ordem normal das palavras numa frase, causando o comprometimento da compreensão da mensagem, que se torna desconstruída.

Exemplo de sínquise:

– A prova ela estudar para tentou ontem.

Hipálage

Está referida à atribuição de uma característica de um ser ou objeto que está relacionado ou próximo.

Exemplo de hipálage:

– “Uma alvura de saia moveu-se no escuro.” (Eça de Queirós)

Silepse

No uso da silepse há uma concordância ideológica e não uma concordância gramatical. A concordância é estabelecida com a ideia que se pretende transmitir com termos subentendidos, não com as palavras que compõem a frase.

Exemplo de silepse:

– “Dizem que os **cariocas** somos poucos dados aos jardins públicos.” (Machado de Assis)

FIGURAS DE LINGUAGEM.

FIGURAS DE LINGUAGEM¹

Também chamadas de Figuras de Estilo. É possível classificá-las em quatro tipos:

- Figuras de Palavras (ou semânticas);
- Figuras Sonoras;
- Figuras de Construção (ou de sintaxe);
- Figuras de Pensamento.

— **Figuras de Palavras**

²São as que dependem do uso de determinada palavra com sentido novo ou com sentido incomum. Vejamos:

Metáfora

É um tipo de comparação (mental) sem uso de conectivos comparativos, com utilização de verbo de ligação explícito na frase. Consiste em usar uma palavra referente a algo no lugar da característica propriamente dita, depreendendo uma relação de semelhança que pode ser compreendida por conta da flexibilidade da linguagem.

Ex.: “Sua boca **era** um pássaro escarlate.” (Castro Alves)

Catacrese

Consiste em transferir a uma palavra o sentido próprio de outra, fazendo uso de formas já incorporadas aos usos da língua. Se a metáfora surpreende pela originalidade da associação de ideias, o mesmo não ocorre com a catacrese, que já não chama a atenção por ser tão repetidamente usada. Toma-se emprestado um termo já existente e o “emprestamos” para outra coisa.

Ex.: Batata da perna; Pé da mesa; Cabeça de alho; Asa da xícara.

Comparação ou Símile

É a comparação entre dois elementos comuns, semelhantes, de forma mais explícita. Como assim? Normalmente se emprega uma conjunção comparativa: *como, tal qual, assim como, que nem*.

Ex.: “Como um anjo caído, fiz questão de esquecer...” (Legião Urbana)

¹ SCHICAIR, Nelson M. Gramática do Português Instrumental. 2ª. ed Niterói: Impetus, 2007.

² <https://bit.ly/37nLTfx>

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMAS DE BACKUP: TIPOS DE BACKUP. PLANOS DE CONTINGÊNCIA. MEIOS DE ARMAZENAMENTO PARA BACKUPS.

Backup é uma cópia de segurança que você faz em outro dispositivo de armazenamento como HD externo, armazenamento na nuvem ou pen drive por exemplo, para caso você perca os dados originais de sua máquina devido a vírus, dados corrompidos ou outros motivos e assim possa restaurá-los (recuperá-los)¹.

Backups são extremamente importantes, pois permitem²:

- **Proteção de dados:** você pode preservar seus dados para que sejam recuperados em situações como falha de disco rígido, atualização malsucedida do sistema operacional, exclusão ou substituição acidental de arquivos, ação de códigos maliciosos/atacantes e furto/perda de dispositivos.

- **Recuperação de versões:** você pode recuperar uma versão antiga de um arquivo alterado, como uma parte excluída de um texto editado ou a imagem original de uma foto manipulada.

Muitos sistemas operacionais já possuem ferramentas de backup e recuperação integradas e também há a opção de instalar programas externos. Na maioria dos casos, ao usar estas ferramentas, basta que você tome algumas decisões, como:

- **Onde gravar os backups:** podem ser usadas mídias (como CD, DVD, pen-drive, disco de Blu-ray e disco rígido interno ou externo) ou armazená-los remotamente (on-line ou off-site). A escolha depende do programa de backup que está sendo usado e de questões como capacidade de armazenamento, custo e confiabilidade. Um CD, DVD ou Blu-ray pode bastar para pequenas quantidades de dados, um pen-drive pode ser indicado para dados constantemente modificados, ao passo que um disco rígido pode ser usado para grandes volumes que devam perdurar.

- **Quais arquivos copiar:** apenas arquivos confiáveis e que tenham importância para você devem ser copiados. Arquivos de programas que podem ser reinstalados, geralmente, não precisam ser copiados. Fazer cópia de arquivos desnecessários pode ocupar espaço inutilmente e dificultar a localização dos demais dados. Muitos programas de backup já possuem listas de arquivos e diretórios recomendados, podendo optar por aceitá-las ou criar suas próprias listas.

- **Com que periodicidade realizar:** depende da frequência com que os arquivos são criados ou modificados. Arquivos frequentemente modificados podem ser copiados diariamente ao passo que aqueles pouco alterados podem ser copiados semanalmente ou mensalmente.

Tipos de backup

- **Backups completos (normal):** cópias de todos os arquivos, independente de backups anteriores. Conforma a quantidade de dados ele pode ser é um backup demorado. Ele marca os arquivos copiados.

- **Backups incrementais:** é uma cópia dos dados criados e alterados desde o último backup completo (normal) ou incremental, ou seja, cópia dos novos arquivos criados. Por ser mais rápidos e ocupar menos espaço no disco ele tem maior frequência de backup. Ele marca os arquivos copiados.

- **Backups diferenciais:** da mesma forma que o backup incremental, o backup diferencial só copia arquivos criados ou alterados desde o último backup completo (normal), mas isso pode variar em diferentes programas de backup. Juntos, um backup completo e um backup diferencial incluem todos os arquivos no computador, alterados e inalterados. No entanto, a diferença deste para o incremental é que cada backup diferencial mapeia as modificações em relação ao último backup completo. Ele é mais seguro na manipulação de dados. Ele não marca os arquivos copiados.

- **Arquivamento:** você pode copiar ou mover dados que deseja ou que precisa guardar, mas que não são necessários no seu dia a dia e que raramente são alterados.

**NOÇÕES DE SISTEMAS OPERACIONAIS:
CONHECIMENTOS DO AMBIENTE WINDOWS.
WINDOWS 10: OPERAÇÕES COM JANELAS, MENUS,
BARRA DE TAREFAS, ÁREA DE TRABALHO; TRABALHO
COM PASTAS E ARQUIVOS: LOCALIZAÇÃO DE
ARQUIVOS E PASTAS; MOVIMENTAÇÃO E CÓPIA
DE ARQUIVOS E PASTAS; TIPOS DE ARQUIVOS E
EXTENSÕES; CRIAÇÃO, RENOMEAÇÃO E EXCLUSÃO DE
ARQUIVOS E PASTAS; CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO
WINDOWS: RESOLUÇÃO DA TELA, CORES, FONTES,
IMPRESSORAS, APARÊNCIA, SEGUNDO PLANO,
PROTETOR DE TELA; WINDOWS EXPLORER.**

Conceito de pastas e diretórios

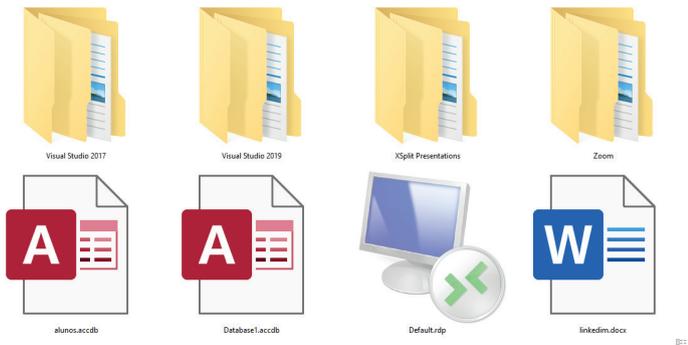
Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

¹ <https://centraldefavoritos.com.br/2017/07/02/procedimentos-de-backup/>

² <https://cartilha.cert.br/mecanismos/>

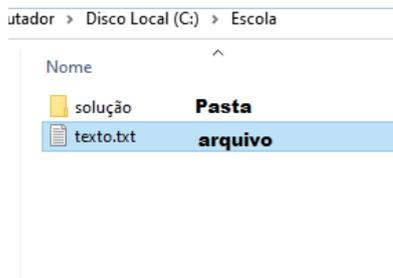


No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- **Atalho** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho



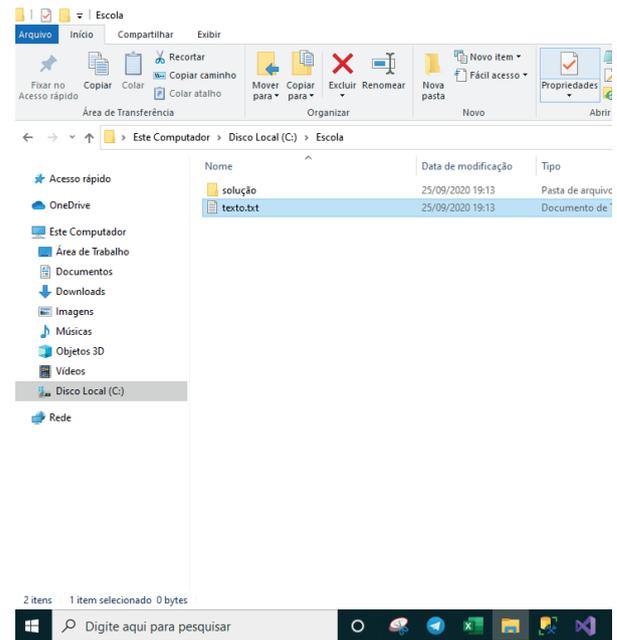
Área de transferência

A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

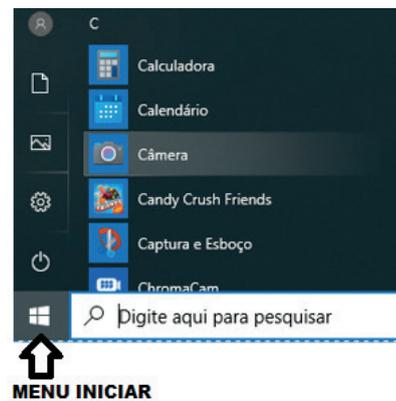
- Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.
- Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



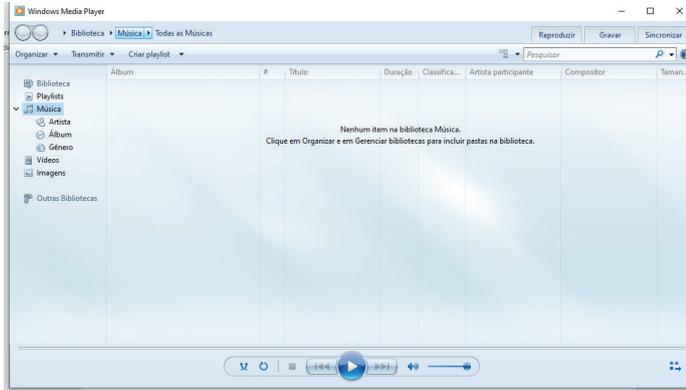
Uso dos menus



Programas e aplicativos e interação com o usuário

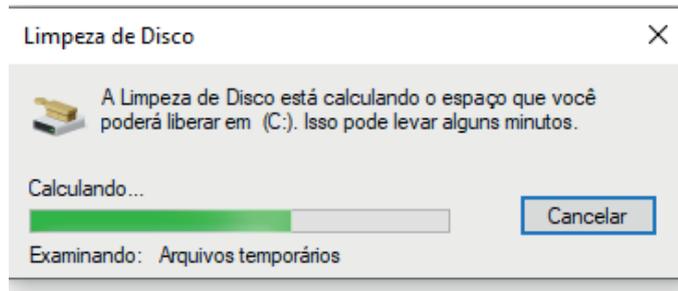
Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

– **Música e Vídeo:** Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

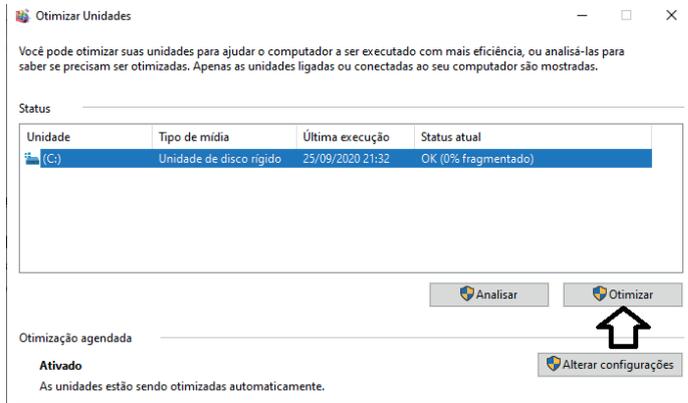


– **Ferramentas do sistema**

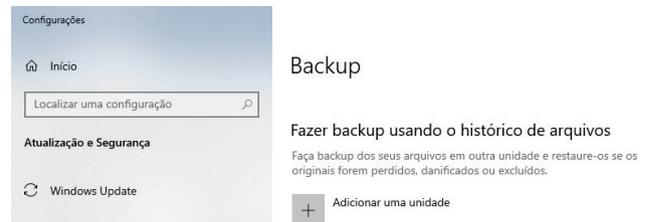
• A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



• O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.

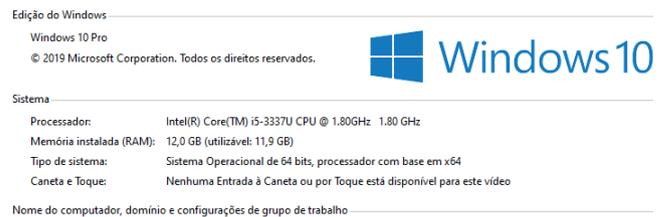


• O recurso de backup e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.

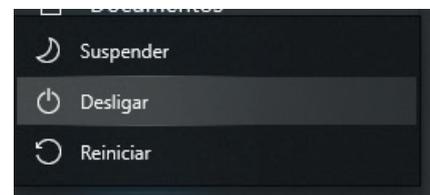


Inicialização e finalização

Exibir informações básicas sobre o computador



Quando fizermos login no sistema, entraremos direto no Windows, porém para desligá-lo devemos recorrer ao  e:



LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por

tal motivo, são previstos no Código Penal.

Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I- homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II- ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III- ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV- é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V- é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI- é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII- é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII- ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX- é livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização por dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI- a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII- é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII- é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV- é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV- é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI- todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII- é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII- a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX- as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX- ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI- as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII- é garantido o direito de propriedade;

XXIII- a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV- a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV- no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI- a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII- são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX- a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX- é garantido o direito de herança;

XXXI- a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será

regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável à lei pessoal do de cujus;

XXXII- o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII- todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV- são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV- a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI- a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII- não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII- é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude da defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX- não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL- a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI- a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII- a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII- a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV- constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV- nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI- a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição de liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII- não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do artigo 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII- a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX- é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L- às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI- nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII- não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII- ninguém será processado nem sentenciado senão por autoridade competente;

LIV- ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV- aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI- são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII- ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória;

LVIII- o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX- será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX- a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI- ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII- a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família ou à pessoa por ele indicada;

LXIII- o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV- o preso tem direito a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV- a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI- ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII- não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII- conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX- conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público;

LXX- o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legal-

mente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI- conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII- conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII- qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV- o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV- o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI- são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito.

LXXVII- são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data e, na forma da lei, os atos necessário ao exercício da cidadania;

LXXVIII- a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)

§1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos

§4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

O tratado foi equiparado no ordenamento jurídico brasileiro às leis ordinárias. Em que pese tenha adquirido este caráter, o mencionado tratado diz respeito a direitos humanos, porém não possui característica de emenda constitucional, pois entrou em vigor em nosso ordenamento jurídico antes da edição da Emenda Constitucional nº 45/04. Para que tal tratado seja equiparado às emendas constitucionais deverá passar pelo mesmo rito de aprovação destas.

()

– Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituinte-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educador de Desenvolvimento da Educação Básica I - Monitor I

PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil são referências fundamentais para garantir a excelência e o desenvolvimento integral das crianças nessa etapa da educação. Esses parâmetros foram estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de orientar as práticas pedagógicas, a gestão e a infraestrutura das instituições de Educação Infantil em todo o país.

Esses parâmetros são embasados em princípios fundamentais, como o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, a valorização da diversidade, a promoção da igualdade de oportunidades e a participação ativa das famílias. Eles visam garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, que estimule o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades, promova o bem-estar e proporcione uma base sólida para seu processo de aprendizagem ao longo da vida.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade abrangem diferentes dimensões da educação infantil, como a organização curricular, a formação e o trabalho dos profissionais, as relações afetivas e de cuidado, a infraestrutura adequada e a participação da comunidade. Essas dimensões são interdependentes e devem ser trabalhadas de forma integrada, proporcionando um ambiente acolhedor e estimulante para o desenvolvimento das crianças.

No que diz respeito à organização curricular, os parâmetros destacam a importância de uma proposta pedagógica fundamentada nos princípios da educação infantil, que considere a ludicidade, a interação social, a autonomia e a construção do conhecimento. É necessário que a instituição promova experiências diversificadas e significativas, valorizando as diferentes linguagens e expressões artísticas, as brincadeiras, os jogos e as atividades que estimulem a criatividade e a imaginação das crianças.

Quanto à formação e o trabalho dos profissionais, os parâmetros ressaltam a necessidade de uma equipe qualificada, que esteja em constante processo de formação e atualização. É fundamental que os profissionais da educação infantil possuam conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento infantil, as metodologias de ensino, a avaliação formativa e as práticas inclusivas, além de habilidades para estabelecer relações afetivas e de cuidado com as crianças e suas famílias.

A dimensão das relações afetivas e de cuidado é essencial na educação infantil, pois é por meio dessas interações que as crianças constroem vínculos, desenvolvem a confiança, a segurança emocional e se sentem acolhidas. Os parâmetros ressaltam a importância de uma relação respeitosa, afetuosa e ética entre educadores, crianças e famílias, garantindo um ambiente de acolhimento e cuidado integral.

No que se refere à infraestrutura, os parâmetros estabelecem diretrizes para garantir espaços adequados e seguros, com condições de higiene, conforto e acessibilidade. As instituições

devem proporcionar ambientes estimulantes, com materiais pedagógicos diversificados, áreas de lazer, espaços para descanso e alimentação saudável.

Por fim, os parâmetros destacam a importância da participação da comunidade na construção de uma educação infantil de qualidade. A escola deve estabelecer parcerias com as famílias, promover momentos de diálogo e envolver a comunidade local em atividades que valorizem a cultura, a diversidade e o protagonismo das crianças.

Em suma, os Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil são diretrizes essenciais para garantir uma educação de excelência nessa etapa da vida das crianças. Ao adotar esses parâmetros, as instituições de Educação Infantil estarão contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças, promovendo a igualdade de oportunidades, a diversidade e o respeito aos direitos das crianças, além de fortalecer os laços entre escola, família e comunidade.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é um tema que vem ganhando cada vez mais espaço no debate educacional, sobretudo a partir da Política Nacional de Educação Inclusiva, que busca garantir a inclusão escolar de todos os alunos, independente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais. Nesse contexto, é fundamental compreender a relação entre a Educação Especial, o Ensino Regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como o papel dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) na promoção da inclusão educacional.

— Educação Especial e Ensino Regular: uma relação necessária

A Educação Especial se constitui como uma modalidade de ensino que busca atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, garantindo-lhes os recursos, serviços e estratégias necessárias para a sua plena inclusão escolar. Essa modalidade de ensino não deve ser vista como um substituto ao Ensino Regular, mas sim como uma complementação a ele.

O Ensino Regular é a modalidade de ensino que deve garantir a educação básica a todos os alunos, independente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais. Nesse sentido, é fundamental que as escolas regulares estejam preparadas para atender a essa diversidade, garantindo a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica.

— Atendimento Educacional Especializado: um direito dos alunos com necessidades especiais

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço educacional especializado que deve ser oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados no Ensino Regular. Esse atendimento deve ser realizado por profissionais espe-

cializados, que utilizarão metodologias, recursos e estratégias diferenciadas, visando à promoção da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos.

O AEE é um direito dos alunos com necessidades especiais e deve ser oferecido pela escola regular, de forma complementar ao ensino comum. É importante destacar que o AEE não se constitui como uma modalidade de ensino, mas sim como um serviço que visa a garantir a inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais.

— **Política Nacional de Educação Inclusiva e os Projetos Políticos Pedagógicos**

A Política Nacional de Educação Inclusiva é um conjunto de diretrizes, estratégias e ações que visam à promoção da educação inclusiva no Brasil. Essa política é baseada em princípios como a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a promoção da acessibilidade.

Nesse contexto, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) têm um papel fundamental na promoção da inclusão educacional. O PPP é um documento que define a identidade e a missão da escola, bem como as estratégias, metodologias e recursos pedagógicos que serão utilizados para garantir uma educação de qualidade a todos os alunos.

O PPP deve prever a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes o acesso aos recursos, serviços e estratégias necessárias para a sua plena participação na vida escolar. Para tanto, é fundamental que o PPP seja construído de forma participativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, bem como os familiares e os próprios alunos com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, é possível garantir a efetividade das ações inclusivas, tendo em vista que as necessidades e potencialidades de cada aluno são consideradas na elaboração do projeto.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das estratégias fundamentais para a promoção da inclusão escolar. Trata-se de um serviço educacional complementar, que deve ser oferecido aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a complementar ou suplementar o ensino regular, bem como garantir o acesso aos recursos didáticos e pedagógicos adequados.

A política nacional de educação inclusiva também preconiza que as escolas regulares devem estar preparadas para receber os alunos com necessidades educacionais especiais, disponibilizando recursos e serviços necessários para a promoção da sua inclusão e desenvolvimento. Isso inclui a capacitação de professores e demais profissionais da educação para o atendimento a esses alunos, bem como a adaptação do ambiente escolar e dos recursos didáticos e pedagógicos para atender às suas necessidades específicas.

A inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais é um desafio complexo, que demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, bem como a articulação com os serviços e redes de apoio da comunidade local. Nesse sentido, é fundamental que a escola se articule com os serviços de saúde, assistência social e outros serviços públicos, de forma a garantir o acesso aos recursos necessários para a promoção da inclusão e desenvolvimento desses alunos.

Além disso, é importante destacar que a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais não se restringe à garantia do acesso à escola regular. É necessário garantir também o acesso à cultura, ao esporte, ao lazer e a outros aspectos da vida social, de forma a promover a sua inclusão plena na sociedade.

A política nacional de educação inclusiva preconiza a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes o acesso aos recursos, serviços e estratégias necessárias para a sua plena participação na vida escolar. Nesse sentido, é fundamental que as escolas regulares estejam preparadas para receber esses alunos, oferecendo-lhes o Atendimento Educacional Especializado e garantindo o acesso aos recursos e serviços necessários para a promoção da sua inclusão e desenvolvimento.

O Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta importante para a efetivação da política nacional de educação inclusiva, devendo prever a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais e garantir a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na sua construção.

A inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais é um desafio complexo, que demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, bem como a articulação com os serviços e redes de apoio da comunidade local. Nesse sentido, é fundamental que as escolas sejam espaços de acolhimento e valorização da diversidade, onde todos os alunos possam se desenvolver plenamente e alcançar seu potencial máximo.

Paradigmas e Conceitos históricos da Educação Especial

A exclusão social das pessoas portadoras de deficiências permeia a história com relatos bárbaros e aterradores. Na Grécia antiga, por exemplo, os nascidos com necessidades especiais eram relegados ao abandono ou até mesmo exterminados. Na Idade Média, relegados a instituições ou asilos, e encarados como pecadores. Eram corrente o pensamento de que as deficiências das quais eram portadores resultavam de pecados cometidos.

Os primeiros registros do desenvolvimento de práticas voltadas às pessoas com deficiência datam do século XVI quando, médicos e pedagogos desafiavam os preceitos da época e acreditavam nas possibilidades de indivíduos considerados ineducáveis. Em uma época que o acesso a educação formal era direito de poucos, esses pesquisadores tornavam-se os próprios professores de seus alunos especiais. Esses pioneiros podem ser representados nas figuras do abade L'Epee, fundador da primeira escola pública para surdos, em Paris; Braille, que desenvolveu o método de escrita para deficientes visuais; Hard que desenvolveu e trabalhou em instituições especializadas no ensino de crianças com deficiências sensoriais e físicas na França e Montessori que criou um programa com ênfase na auto-aprendizagem para crianças com deficiência intelectual, em Roma.

Somente na era contemporânea, a educação especial apresentou avanços à partir das lutas por igualdade social e a responsabilização dos governos, das escolas e das famílias na construção de um sistema educacional para todos.

No Brasil, ao final do século XVIII, a situação é semelhante a europeia. O ideário liberal que promove as liberdades políticas, sociais e religiosas defende a democratização dos direitos dos cidadãos. Porém, essas ideias ficam restritas à Constituição. Apesar de na lei, a educação ser "para todos", para as pessoas com deficiência, ela não passa de mero assistencialismo.

Em 1853, os experimentos realizados por pedagogos e médicos

franceses começam a ter eco no Brasil e verificamos a instalação dos dois primeiros institutos voltados ao trabalho e à pesquisa com deficientes. São eles, o Instituto Benjamim, para cegos e o INIS (Instituto Nacional dos Surdos). Ao longo do século XIX, as ações oficiais, bem como às particulares em relação a causa, foram apenas isoladas.

Mesmo com a presença de pessoas com deficiência nas escolas comuns, a educação não deixou de ser excludente, mesmo com as políticas de integração. Os conceitos de eugenia e normalização exerciam grande interferência nas práticas pedagógicas. O objetivo era normalizar o anormal. Aqueles que não alcançavam os objetivos estabelecidos, pediam o direito a frequentar a escola comum e eram segregados em instituições especializadas. Faltava infraestrutura, tanto física como pedagógica e a formação dos professores não contemplava o trabalho com crianças com necessidades especiais. A preocupação com a democratização do ensino era nenhuma.

A partir de 1975, ações políticas de âmbito internacional. Intensificaram as discussões sobre igualdades e direitos. A UNESCO promoveu a universalização da educação com qualidade, combatendo o analfabetismo e a falta de acesso a educação. Foram estabelecidas diretrizes voltadas às pessoas com deficiência que passaram a influenciar as políticas nacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) trouxe alguns avanços como o princípio da igualdade de direitos; a obrigatoriedade de mudanças estruturais e de mudanças atitudinais. Inicia-se assim, o debate no Brasil sobre **inclusão**.

Diferenças entre integração e inclusão

Integração

A integração baseia-se na percepção de que o problema está centrado no aluno. Dessa forma, o aluno portador de deficiência passa a ter o direito de frequentar uma escola comum, porém, é ele quem tem que alcançar os objetivos de normalização que visam com que ele acompanhe o ritmo da turma.

Nesse processo, não há pressuposição de qualquer tipo de mudança ou adaptação, seja na estrutura escolar ou na metodologia de ensino e está organizada em níveis, fazendo com que muitos alunos especiais retornem a níveis mais segregados.

Inclusão

A inclusão contempla muito mais do que o direito do aluno especial frequentar uma escola comum, mas prevê a reestruturação do sistema educacional, com adaptações estruturais do ambiente escolar, a reformulação curricular, nas formas de avaliação, na formação e especialização dos professores e da própria política educacional, levando a intensificação no atendimento comum da escola regular.

Educação Especial no Brasil

Introdução

Na Constituição Brasileira de 1988, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Para assegurar que seja cumprida, são criadas leis que garantam a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação. Tais leis orientam os sistemas de ensino e garantem o acesso desta população ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

Desigualdade e diversidade

Crianças abandonadas nas ruas, restrita cobertura escolar e, conseqüentemente, um grande número de analfabetos são alguns dos desafios que o Brasil ainda não conseguiu superar.

A desigualdade social é oriunda do fim da escravidão, quando um grande contingente de famílias foi morar nos grandes centros sem emprego e iletrados, com condições totalmente inadequadas de sobrevivência. Marginalizados pela elite europeizada, começou-se a se confundir no país pobreza e delinquência. Dentro dessa massa marginal, estavam também, os portadores de deficiência.

A partir da década de 30, foram instituídas leis que separavam as crianças em instituições por suas características. Os delinquentes, os normais e os anormais.

Número de matriculados e anos de escolaridade

Durante os governos que se sucederam, a preocupação comum sempre foi o número de alunos matriculados e o tempo de escolaridade. Apesar de todos os esforços, só atingimos números próximos da universalização escolar na década de 90, incluindo a população de portadores de deficiências.

Inclusão no Brasil

O acesso das crianças com deficiência a escola passou por muitas fases, sendo em um primeiro momento, delegadas a instituições especializadas no atendimento desse público, muitas vezes com viés assistencialista.

Mais tarde, crianças com deficiência começaram a ser aceitas em instituições de ensino regulares e a política vigente para elas era a integração que consistia em avaliar se o aluno especial conseguia ou não acompanhar a turma regular, sem nenhum tipo de apoio diferenciado, fosse ele estrutural, pedagógico ou um professor com formação específica. Aqueles que conseguiam acompanhar, continuavam na escola comum. Aqueles que não, eram encaminhados para “instituições especiais” ou seja, segregados.

Então surgiram as turmas especiais dentro das escolas regulares que abrigavam os alunos com deficiência, ampliando a segregação.

Políticas de inclusão só passaram a ser adotadas a partir do início do século XXI, prevendo formação dos professores, adaptação do sistema de ensino e dos formatos de avaliação, além de adaptações estruturais da escola, para que os alunos com deficiência pudessem frequentar as salas regulares como todos os demais.

Panorama atual

Os Institutos Rodrigo Mendes e Unibanco com o apoio da Organização Todos pela Educação, do Centro Lemann de Sobral e do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) lançaram o Painel de Indicadores da Educação Especial. Os dados de 2019, 2020 e 2021 mostram que há um longo caminho a percorrer para que o Brasil consiga levar a inclusão de fato a todas as crianças portadoras de deficiência.

Painel de Indicadores da Educação Especial

Indicadores	Média (19, 20 e 21)
Distorção série-idade	41% fora da série indicada
Professores: formação	5% sem formação específica*